



COLÉGIO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS

ATA DO 65º ENCONTRO DE COLÉGIO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS – COPTREL, REALIZADO EM TERESINA - PI, NO DIA 17/4/2015.

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de 2015, no Salão Madrid do Metropolitan Hotel, localizado na Avenida Frei Serafim, Teresina – PI, às 9 horas, reuniu-se o Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais – COPTREL, a convite do Excelentíssimo Senhor Desembargador Antônio Carlos Mathias Coltro, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e Presidente do COPTREL, para cumprir a programação elaborada de acordo com as propostas encaminhadas pelos respectivos Tribunais Regionais Eleitorais. Compareceram os representantes dos Tribunais Regionais Eleitorais a seguir nominados: Desembargadora Waldirene Oliveira da Cruz-Lima Cordeiro, Vice-Presidente do TRE-AC; Desembargador Sebastião Costa Filho, Presidente do TRE-AL; Desembargadora Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Presidente do TRE-AM; Desembargador Carlos Augusto Tork de Oliveira, Presidente do TRE-AP; Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes, Presidente do TRE-CE; Desembargador José Cruz Macedo, Vice-Presidente do TRE-DF; Desembargador Walter Carlos Lemes, Presidente do TRE-GO; Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa, Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do TRE-MA; Desembargador Luiz Ferreira da Silva, Presidente do TRE-MT; Desembargadora Tânia Garcia de Freitas Borges, Vice-Presidente do TRE-MS; Desembargador José Aurélio da Cruz, Vice-Presidente do TRE-PB; Desembargador Fausto de Castro Campos, Presidente do TRE-PE; Desembargador Edvaldo Pereira de Moura, Presidente do TRE-PI; Desembargador Jucimar Novochadlo, Presidente do TRE-PR; Desembargadora Maria Zeneide Bezerra, Presidente em exercício do TRE-RN; Desembargador Péricles Moreira Chagas, Presidente do TRE-RO e Secretário do Colégio de Presidentes dos TREs; Desembargador Mauro José do Nascimento Campello, Presidente do TRE-RR; Desembargador Marco Aurélio Heinz, Presidente do TRE-RS; Juiz Vilson Fontana, Juiz-Membro do TRE-SC. Instalada a sessão solene de abertura do sexagésimo quinto Encontro do COPTREL, foram convidadas as seguintes autoridades para compor a Mesa de Honra do evento: Ministro José Antônio Dias Toffoli, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e Presidente de honra do COPTREL; Desembargador Edvaldo Pereira de



COLÉGIO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS

Moura, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí; Desembargador Antônio Carlos Mathias Coltro, Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo; Desembargador Raimundo Eufrásio Alves Filho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí; Desembargador Joaquim Dias de Santana Filho, Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do Piauí; Doutor Kelston Pinheiro Lages, Procurador Regional Eleitoral do Piauí; Ilustríssimo Senhor Rafael Fontelles, Secretário Estadual de Fazenda, representando o Governador do Estado do Piauí; Desembargador Sebastião Ribeiro Martins, Corregedor Geral de Justiça do Estado do Piauí; Deputado Themístocles de Sampaio Pereira Filho, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí; Vereadora Teresinha de Sousa Medeiros Santos, neste ato representando o Presidente da Câmara Municipal de Teresina; Doutor William Guimarães Santos de Carvalho, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Piauí. A seguir, foram executados o Hino Nacional Brasileiro e o Hino do Estado do Piauí pelo Coral *Vox Justitia* da Escola Superior da Magistratura do Estado do Piauí – ESMEPI, sob a regência do Maestro Samuel Andrade. Em prosseguimento, o Desembargador Edvaldo Pereira de Moura, Presidente do TRE-PI, saudou as autoridades presentes, enalteceu as belezas naturais do Piauí, destacando a importância da cidadania para a realização do processo democrático com lisura. O Presidente do TRE-PI ainda destacou as qualidades do Ministro José Antônio Dias Toffoli e prestou uma justa homenagem *in memoriam* ao Ministro João Crisóstomo da Rocha Cabral, piauense natural de Jerumenha, chama da esperança de mudança política do Estado do Piauí. Em seguida, procedeu-se à outorga da Medalha do Mérito Eleitoral do Piauí – Grau Ouro, instituída pela Resolução TRE-PI nº 221, de 27 de setembro de 2011, as Suas Excelências o Ministro José Antônio Dias Toffoli o Desembargador Antônio Carlos Mathias Coltro. Mencionada outorga decorreu de proposição formulada pelo Exmo. Sr. Des. Edvaldo Pereira de Moura aprovada à unanimidade em sessão do TRE - PI, de 23.2.2015. Momento seguinte, procedeu-se à outorga à Senhora Cláudia Maria de Macedo Claudino do Colar do Mérito Judiciário, criado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí em 1991, para homenagear pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras que tenham prestado relevantes serviços à cultura jurídica ou à Justiça de modo geral. Ato contínuo, foi dada a palavra ao Ministro José Antônio Dias Toffoli que saudou a todos os presentes, agradeceu a calorosa recepção do povo do Piauí e a homenagem que lhe foi prestada com a entrega da Medalha do Mérito Eleitoral. Trouxe, ainda, algumas questões para reflexão: a. proposta de registro civil nacional feito pela Justiça Eleitoral; b. implantação de nova sistemática



COLÉGIO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS

do processo eleitoral para diminuir custos das eleições; c. extensão da biometria para a identificação do cidadão brasileiro com a instituição do registro civil nacional; d. projeto de lei que tramita no Congresso Nacional acerca dos cargos e funções dos cartórios eleitorais, bem como o que se refere à criação de cargos na área de Tecnologia da Informação; e. projeto de lei sobre a melhoria do vencimento dos servidores do judiciário federal; f. encontro realizado em fevereiro do corrente ano no TSE, com a participação de todos os Tribunais Regionais Eleitorais com representantes das áreas de direção, administração, judiciária, tecnologia da informação, gestão de pessoas, comunicação e controle interno; g. Planejamento Estratégico do TSE apresentado e aprovado pela Corte do TSE, devidamente ajustado à realidade da Justiça Eleitoral; h. implementação do Processo Judicial Eletrônico e Processo Administrativo Eletrônico, que trazem celeridade do processo de trabalho e transparência para acompanhamento pela sociedade; i. práticas – Eleições 2014/pesquisas pré e pós-eleitoral que trarão elementos importantes para reflexão, reportando-se sobre o tema compra de votos, destacando a ação que o TRE-PI promana para conscientizar o eleitor; j. jornada de trabalho com redução de remuneração – projeto de lei para aumentar o número de servidores cartorários, da área de Tecnologia da Informação e técnicos na área de análise das prestações de contas, diante da vultosa quantidade de processos para apreciação; k. projeto para prestação de contas simplificada para candidatos que não movimentaram recursos ou com pouco gasto na campanha, visando celeridade nesses feitos; l. biometria cumprimento do planejamento. Por fim, o Ministro José Antônio Dias Toffoli agradeceu as palavras do Desembargado Edvaldo Pereira de Moura e desejou um bom trabalho a todos. Em seguida, foi dada a palavra ao Desembargador Antônio Carlos Mathias Coltro, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e Presidente do COPTREL, que saudou a todos os presentes, agradeceu a maravilhosa recepção e a Medalha recebida. Fez um breve histórico sobre a cidade de Teresina e enalteceu a presença dos representantes dos TREs. Na sequência, foi apresentado o show “CIDADANIA COM HUMOR”, Ação do Projeto Justiça Eleitoral e Cidadania – AJE. Momento seguinte, o Secretário de Tecnologia de Informação do TRE-PB, Doutor George Bezerra Cavalcante, apresentou um Sistema de Comunicação Eletrônica de Atos Processuais daquele Tribunal, que visa prover a celeridade nas comunicações de intimações, notificações e ofícios a partidos políticos, coligações e candidatos. Na sequência, o Desembargador Marco Aurélio Heinz, Presidente do TRE-RS, reportou-se sobre as diretrizes do CNJ à Justiça Eleitoral, solicitando apoio do TSE no sentido de esclarecer quais metas deverão ser observadas pelos TREs, pontuando que algumas são



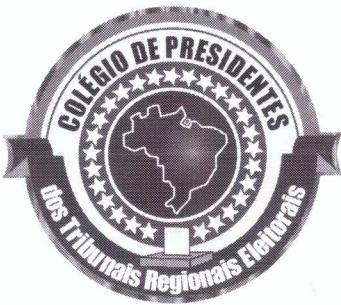
COLÉGIO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS

impossíveis de cumprir. Asseverou que, quanto à Escola Judiciária, há uma impossibilidade de cumprimento da resolução em virtude da insuficiência de cargos e funções disponíveis nos TREs. Por sua vez, o Desembargador Antônio Carlos Mathias Coltro explicitou entendimento de que o TSE é quem orienta e determina a atuação dos TREs, de forma que algumas informações não seriam mais encaminhadas ao CNJ, especialmente ao que contido no ofício expedido pelo TSE aos Regionais. Quanto à Escola Judiciária Eleitoral, acompanhou o entendimento esposado pelo Desembargador Marco Aurélio Heinz. Em seguida, a Desembargadora Maria Zeneide Bezerra e o Desembargador José Cruz Macedo corroboraram os posicionamentos referenciados, sendo que este último solicitou ao Ministro José Antônio Dias Toffoli que o TSE normatize essa temática. Momento seguinte, o Desembargador José Aurélio da Cruz, Vice-Presidente do TRE-PB, destacou que o Tribunal de Contas da União julgou irregular o contrato firmado pelo TRE/PB na contratação de terceirizados para o projeto da Biometria, indagando sobre como proceder. Na sequência, o Desembargador Antônio Carlos Mathias Coltro pontuou sua preocupação sobre o andamento dos projetos mencionados e a posição do TCU. Fazendo uso da palavra, o Ministro José Antônio Dias Toffoli reportou-se sobre a dificuldade do CNJ de se entender que a atuação da Justiça Eleitoral não se restringe apenas à área jurisdicional. Asseverou que a supervisão do CNJ não se aplica à Justiça Eleitoral no aspecto administrativo ou correicional. Enfatizou que irá promover conversas com o Ministro Ricardo Lewandowski sobre o tema, mas solicitou à presidência deste Colégio de Presidentes que oficie ao TSE, expondo as dúvidas, abrindo-se prazo para que todos os TREs se manifestem sobre essas questões. Quanto à Escola Judiciária Eleitoral, referiu-se que há estudo de projeto de lei sobre a dificuldade de cargos para a implementação das escolas judiciárias nos termos da resolução em vigor, sugerindo que os Tribunais identifiquem as dificuldades específicas que impeçam a implantação desse projeto. Em relação à terceirização, propôs diálogo com o TCU ou projeto de lei sobre o tema, a fim de possibilitar a contratação de terceirização para cumprir as metas da Biometria. Por sua vez, o Desembargador Antônio Carlos Mathias Coltro, em relação às diretrizes emanadas do CNJ, propôs que os TREs, no prazo de trinta dias, apresentem quais soluções estão sendo adotadas, cumprindo ou não o ofício encaminhado pela Presidência do TSE sobre o tema. Propôs, ainda, que seja encaminhado, no mesmo prazo, ofício sobre os problemas que podem ocorrer quando da impossibilidade de terceirização para implementação do projeto Biometria. Na sequência, as propostas foram aprovadas por este Colégio de Presidentes. Ato contínuo, a Desembargadora



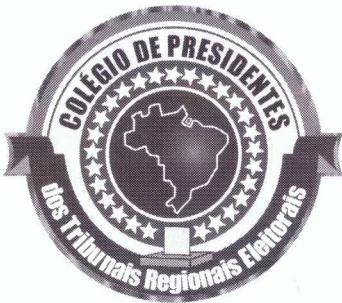
COLÉGIO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS

Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Presidente do TRE-AM, solicitou ao Ministro José Antônio Dias Toffoli se há possibilidade de suspender temporariamente a resolução que trata das escolas judiciárias até a criação de cargos e funções. Em seguida, o Desembargador Antônio Carlos Mathias Coltro trouxe informação que um TRE conseguiu cumprir a mencionada resolução, mas retirando funções de outras unidades que ficaram com problemas na efetivação de suas tarefas. Ressaltou seu entendimento de que, enquanto não houver a criação de cargos e funções, não há condições para implementação da referida resolução. Na sequência, o Desembargador Fausto de Castro Campos, Presidente do TRE-PE, e o Desembargador Antônio Carlos Mathias Coltro trouxeram informações sobre a implantação da Biometria em seus respectivos estados. Por sua vez, o Desembargador José Aurélio da Cruz, Vice-Presidente do TRE-PB, trouxe informações acerca do contrato de terceirização, tido como irregular pelo TCU, ressalvando, entretanto, o TRE-PB não foi punido, em razão do entendimento de que celebrara dito contrato de boa-fé. Com a palavra, a Diretora-Geral do TSE, Doutora Leda Marlene Bandeira, expôs que a nova resolução que trata da Biometria, em seu art. 15, permite a contratação de trabalhadores temporários e traz outras formas de atuação para atendimento do projeto. Fazendo uso da palavra, o Ministro José Antônio Dias Toffoli entende que não se deve centralizar no TSE a contratação de terceirizados, mas se coloca à disposição para ajudar os TREs em sua defesa e, caso necessário, deve a AGU fazê-la. Na sequência, o Presidente do Colégio propôs que o TRE-PR envie cópia do contrato que possibilitou a utilização de terceirizados na Biometria sem que o TCU tenha apontado alguma irregularidade. Solicitou, ainda, que o colégio TSE encaminhe cópia da defesa apresentada pela AGU em favor desse órgão sobre essa temática. Dando continuidade, o Desembargador Mauro Campello, Presidente do TRE-RR, distribui kits confeccionados pelo seu respectivo Tribunal a todos os representantes dos TREs. Ao final dos trabalhos da manhã, o colegiado posou para a foto oficial. Em seguida, o ceremonial informou estarem suspensos os trabalhos da manhã, passando-se ao intervalo do almoço, sendo retomada a presente reunião às 14 horas. Reiniciados os trabalhos, exibiu-se um vídeo da Ação Justiça Eleitoral e Cidadania - AJE, no qual foi apresentado o Hino da AJE, com letra e música do Desembargador Edvaldo Pereira de Moura, e ações do projeto Voto Livre e Consciente. Momento seguinte, o Cerimonial convidou para compor a Mesa os Doutores Leonardo Lúcio Freire Trigueiro, Presidente da Associação dos Magistrados Piauienses – Amapi, João Ricardo dos Santos Costa, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, e Márcio Antônio Boscaro, Juiz



COLÉGIO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS

Auxiliar da Presidência do TSE. O Desembargador Antônio Carlos Mathias Coltro fez referência ao aniversário do Desembargador Walter Carlos Lemes, Presidente do TRE-GO, o qual recebeu os parabéns de todo o colegiado. Com a palavra, o Juiz João Ricardo dos Santos Costa agradeceu o convite para participar do evento, saudou os Doutores Leonardo Trigueiro e Thiago Brandão e proferiu palestra com o tema “O Papel do Colégio de Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais para o Fortalecimento da Magistratura”. Registrhou que o movimento associativo fez aproximação com a administração dos tribunais, o que foi importante para que se percebessem os interesses comuns dessas instituições. Ressaltou o projeto social desenvolvido pelo TRE-PI, que promove a aproximação do juiz com a sociedade. Em análise mais ampla da função da justiça brasileira, destacou que a morosidade macula o Sistema Judiciário, fato exposto, inclusive, por estudo feito pelo Banco Mundial. Registrhou que o novo CPC tenta melhorar essa problemática, porém foi idealizado para atender os litígios do século XX. Asseverou que, segundo seu entendimento, isso ocorreu porque as forças políticas do Congresso Nacional têm interesse que o modelo do judiciário seja mantido. Propôs a criação do Núcleo Científico do CNJ de monitoramento do litígio brasileiro, objetivando dar visibilidade às deficiências existentes no sistema judiciário nacional e buscar ações para que o sistema atenda aos que realmente necessitam da prestação jurisdicional. Em seguida, o Desembargador Antônio Carlos Mathias Coltro exaltou a Ação Justiça Eleitoral e Cidadania do TRE-PI e destacou que a representação da associação possibilita que, muitas vezes, a magistratura não seja prejudicada. O Desembargador Edvaldo Pereira de Moura, por sua vez, cumprimentou o palestrante, agradeceu-lhe por ter aceitado o convite e registrou sua experiência na história da magistratura piauense, ressaltando que o processo eleitoral ainda não possui legitimidade por causa dos fatos de corrupção eleitoral, abuso de poder e fraudes que ocorrem e que é de conhecimento de todos. Em seguida, o Doutor Márcio Antônio Boscaro proferiu palestra sobre rezoneamento: redistribuição de eleitores vinculados a zonas com menos de 10.000 eleitores, nos termos da Resolução TSE nº 28.422/2014, pontuando que não será feita de forma impositiva, não haverá extinção automática de zonas, sendo que, a matéria pode, inclusive, ser levada ao conhecimento do pleno do TSE. Momento seguinte, a servidora do TRE-PI Esther Maria de Sá Castelo Branco, Coordenadora do projeto da Ação Justiça Eleitoral e Cidadania – AJE, apresentou as ações já realizadas e trouxe ao conhecimento do Colégio as novas propostas que serão desenvolvidas pelo TRE-PI, dando continuidade ao que idealizado quando da constituição do Tribunal Cidadão. Registrhou, ainda,



COLÉGIO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS

esse projeto visa o fortalecimento, prevenção e diminuição do acúmulo de processos na Justiça Eleitoral, robustecendo, desse modo, a magistratura e aproximando o Poder Judiciário da sociedade. Seguidamente, a Desembargadora Maria Zeneide Bezerra apresentou o hot site referente ao encontro de corregedores eleitorais que ocorrerá em junho de 2015, em Natal-RN. Por sua vez, o Desembargador Antônio Carlos Mathias Coltro trouxe ao conhecimento do Colégio informação do Doutor Josafá Francisco, Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do Distrito Federal, de que há projeto de lei para viabilizar cumprimento da resolução que dispõe sobre a EJE. O Desembargador José Cruz Macedo, Vice-Presidente do TRE-DF, manifestou-se sobre o tema requisição de servidores, sugerindo ao Colégio que se manifeste ou provoque o TSE sobre a necessidade de se definir qual a fundamentação de servidor para a Justiça Eleitoral. Por sua vez, o Desembargador Péricles Moreira Chagas, Presidente do TRE-RO, distribuiu aos Membros texto sobre a unificação das eleições. Momento seguinte, o Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa, Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do TRE-MA, registrou sua preocupação quanto à possível unificação das eleições, ponderando que isso enfraquecerá a Justiça Eleitoral. O Desembargador Antônio Carlos Mathias Coltro propôs que o TSE seja consultado sobre a possibilidade de suspender a execução da Resolução TSE nº 23.433/2014, que criou funções e cargos nas estruturas das Escolas Judiciárias Eleitorais, até a regulamentação legal do tema, bem como intermediar o diálogo entre os Tribunais Regionais Eleitorais para que juntos possam compartilhar problemas e soluções, no intuito de fortalecer essas instituições. Agradeceu, ainda, a presença do Ministro José Antônio Dias Toffoli que engrandece o evento. Momento seguinte, o Ministro José Antônio Dias Toffoli agradeceu a recepção do Desembargador Edvaldo Pereira de Moura e registrou a importância de encontros dessa natureza que só engrandecem e melhoram os trabalhos da Justiça Eleitoral. Por sua vez, o Desembargador Edvaldo Pereira de Moura agradeceu a honrosa presença de todos os Membros do Colégio e respectivos acompanhantes, do Ministro José Antônio Dias Toffoli e dos servidores da Justiça Eleitoral. A Doutora Silvani Maia Resende Santana, Diretora-Geral do TRE-PI, e a Doutora Celina Maria Freitas de Souza Moura, cônjuge do Desembargador Edvaldo Pereira de Moura, foram agraciadas pelo Colégio com buquê de flores. Na sequência, o Desembargador Antônio Carlos Mathias Coltro procedeu à leitura da Carta de Teresina, elaborada com base nos temas discutidos no presente Encontro. Após a aprovação, o documento foi assinado pelos Membros presentes do COPTREL. O TRE-RR se dispôs a sediar o próximo Encontro de Colégio de Presidentes, em outubro do ano corrente. Os Membros do Colégio presentearam o



COLÉGIO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS

Desembargador Edvaldo Pereira de Moura pela calorosa acolhida na Capital piauense. No discurso de encerramento, o Ministro José Antônio Dias Toffoli agradeceu a presença de todos, destacando a organização do evento que cumpriu rigorosamente o cronograma previsto, com reuniões objetivas, e ressaltou que o TSE está ampliando as relações internacionais com outros países, com a adesão do Brasil ao IDEA e finalizou os trabalhos do 65º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais. E, para constar, eu, Hediane Lima Xavier,
Hediane Lima Xavier, eu, Sávio Elson Costa Lima
Sávio Elson Costa Lima, e eu, Walter Schel Alves da Costa Raposo, servidores da Secretaria Judiciária do TRE-PI, lavramos a presente ata, que segue aprovada e assinada pelo Desembargador Antônio Carlos Mathias Coltro, Presidente do Colégio de Presidentes.


Desembargador Antônio Carlos Mathias Coltro
Presidente do TRE-SP e do Colégio de Presidentes dos TREs